

Renato Oliveira Ramos Advogados Associados S/C

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e RG nº [REDACTED], residente e domiciliado em São Paulo e também em Brasília, onde exerce o mandato de Presidente da República, no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70150-900, vem, por intermédio de seu advogado, constituído com mandato específico (**doc. 1**), promover, a teor dos arts. 5º, X, da CF/88 e 186 e 927 do Código Civil,

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

em face de **JOESLEY MENDONÇA BATISTA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº [REDACTED], RG [REDACTED], com endereços conhecidos na RUA [REDACTED], CEP: [REDACTED] e AVENIDA [REDACTED], CEP: [REDACTED], ou em NEW YORK, onde usufrui da sua liberdade, no [REDACTED], EUA, pelos motivos e para os fins que se seguem.

FATOS ANTECEDENTES

Em entrevista concedida à *Revista Época*, na Edição n. 991 De 17/06/2017, cuja cópia segue anexa (**doc. 2**), o REQUERIDO desfiou mentiras e inverdades contra a pessoa do AUTOR, atual Presidente da República, acusando-o, entre outras afirmações absolutamente difamatórias, caluniosas e injuriantes, de ser **o chefe de uma organização criminosa que pratica atos de corrupção e que tem agido para obstruir o regular trabalho do Poder Judiciário.**

Na entrevista, logo na parte inicial, o REQUERIDO começa a sua ensaiada e mentirosa narrativa dizendo que teria uma relação com o AUTOR desde 2009 e que essa relação seria institucional, porque o AUTOR via no REQUERIDO **um empresário que poderia financiar as campanhas dele - e fazer esquemas que renderiam propina.**

Disse que desde 2010 o AUTOR já começou a solicitar dinheiro para campanhas políticas, com o difamatório/injuriioso acréscimo de que **o AUTOR não tem muita cerimônia para tratar desse assunto, porque não seria um cara cerimonioso com dinheiro.** Afirma, ainda, nessa parte inicial da entrevista, que o AUTOR tinha costume de pedir favores diversos a ele, exemplificando como, por exemplo, o recebimento de R\$ 300 mil para fazer campanha na internet antes do processo de *impeachment* e o pagamento do aluguel do seu particular escritório em São Paulo. Segundo o REQUERIDO, o AUTOR também sempre pediu dinheiro para pessoas ligadas a ele ou para campanhas políticas de seus aliados.

No decorrer da entrevista, o REQUERIDO faz ilações de que haveria um "acerto" entre o AUTOR, o ex-Deputado Federal EDUARDO CUNHA e a pessoa de LÚCIO FUNARO para fins de recebimento de propina. **Pontuou que EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO o achavam e que o AUTOR seria partícipe dessas condutas,** arrematando seu

falacioso raciocínio com a grave acusação de que o AUTOR seria o chefe de uma organização criminosa, *verbis*:

ÉPOCA - O chefe é o presidente Temer?

JOESLEY - O Temer é o chefe da Orccrim da Câmara. Temer, Eduardo, Geddel, Henrique, Padilha e Moreira. É o grupo deles. Quem não está preso está hoje no Planalto. Essa turma é muita perigosa. Não pode brigar com eles. Nunca tive coragem de brigar com eles. Por outro lado, se você baixar a guarda, eles não têm limites. Então meu convívio com eles foi sempre mantendo à meia distância: nem deixando eles aproximarem demais nem deixando eles longe demais. Para não armar alguma coisa contra mim. A realidade é que esse grupo é o de mais difícil convívio que já tive na minha vida. Daquele sujeito que nunca tive coragem de romper, mas também morria de medo de me abraçar com ele.

Sob outra vertente, o REQUERIDO supõe arditosamente que o ex-Ministro GEDDEL VIEIRA LIMA seria o interlocutor do AUTOR na "compra" do silêncio de EDUARDO CUNHA e de LÚCIO FUNARO, como se vê do seguinte trecho da malsinada entrevista:

ÉPOCA - Quem era o mensageiro?

JOESLEY - Geddel. De 15 em 15 dias era uma agonia terrível. Sempre querendo saber se estava tudo certo, se ia ter delação, se eu estava cuidando dos dois. O presidente estava preocupado. Quem estava incumbido de manter Eduardo e Lúcio calmos era eu.

ÉPOCA - O ministro Geddel falava em nome do presidente Temer?

JOESLEY - Sem dúvida. Depois que o Eduardo foi preso, mantive a interlocução desses assuntos via Geddel. O presidente sabia de tudo. Eu informava o presidente por meio do Geddel. E ele sabia que eu estava pagando o Lúcio e o Eduardo. Quando o Geddel caiu, deixei de ter interlocução com o Planalto por um tempo. Até por precaução.

O REQUERIDO também afirma que o AUTOR seria o articulador de uma campanha para "abafar" a conhecida Operação

Lava-Jato, com a aprovação dos Projetos de "Anistia do Caixa 2" e do "Abuso de Autoridade".

Desde logo, observa-se que o REQUERIDO, em palavras mais diretas, acusou deliberadamente o AUTOR de ser o chefe de uma organização criminosa que busca tirar vantagem indevida em proveito próprio e em desfavor do país. O REQUERIDO também acusa o AUTOR de ter praticados outros graves crimes, como o da obstrução de Justiça, por ter supostamente "comprado" o silêncio de pessoas investigadas e por ter articulado uma operação com vistas a abafar a Operação Lava-Jato.

Não há dúvida alguma de que a honra e a imagem do AUTOR restaram manchadas com as acusações procedidas pelo REQUERIDO, sendo certo que tais declarações abalaram o país e foram reproduzidas por diversos outros meios de comunicação, como jornais, emissoras de rádio, revistas, telejornais, mídias eletrônicas, blogs, razão pela qual tem o AUTOR o direito de haver do REQUERIDO uma justa e ampla reparação pelas gravíssimas ofensas que sofreu em seu patrimônio moral.

Daí a presente ação reparatoria, em que se busca a responsabilização civil do REQUERIDO pelas suas mentiras, acusações falaciosas e meras ilações, com a conseqüente obrigação de reparar os danos causados, e que essa indenização também tenha função punitiva e possa servir como desestímulo a novas ofensas por parte do REQUERIDO -- **que passou a mentir escancaradamente e a acusar outras pessoas para se salvar dos seus crimes, como é de conhecimento notório.**

O AUTOR registra que o proveito econômico decorrente de eventual condenação do REQUERIDO será direcionado a instituição de caridade a ser indicada posteriormente, quando do cumprimento de sentença.

PRELIMINAR - COMPETÊNCIA

Preliminarmente, cabe destacar que o ato/fato lesivo que enseja esta ação foi de caráter/repercussão nacional, sendo que, nesses casos, a jurisprudência é uníssona em estabelecer a competência territorial em razão da residência ou local de trabalho do ofendido.

A propósito, já se manifestou o STJ (AgRg no Ag 808075/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJ de 17/12/2007, p. 186):

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VEICULAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. FORO DO LUGAR DO ATO OU FATO. 1. Na hipótese de ação de indenização por danos morais ocasionados pela veiculação de matéria jornalística pela internet, tal como nas hipóteses de publicação por jornal ou revista de circulação nacional, considera-se "lugar do ato ou fato", para efeito de aplicação da regra do art. 100, V, letra 'a', do CPC, a localidade em que residem e trabalham as pessoas prejudicadas, pois é na comunidade onde vivem que o evento negativo terá maior repercussão para si e suas famílias. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido.

O eg. TJDFT também não discrepa desse entendimento, ao considerar que *"(...) nos casos de ação de indenização por dano moral decorrentes de matérias jornalísticas publicadas na imprensa, competente é o local onde houve a repercussão efetiva da notícia, "in casu", atingindo o autor/excepto, Deputado Federal, em seu ambiente de trabalho. Precedentes."* (AGI 2006.00.2.013717-6, Rel. Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, DJ de 15/03/2007, pág. 459).

Logo, é indubitável que a presente ação deve ser ajuizada no domicílio do ofendido ou em seu local de trabalho. Como o AUTOR trabalha e também tem domicílio em Brasília, por exercer o mandato de Presidente da República, pode-se dizer que a repercussão

das ofensas perpetradas pelo REQUERIDO ocorreu na Capital Federal, e, por isso, competente uma das varas cíveis da circunscrição judiciária de Brasília, nos termos, aliás, do disposto no art. 53, IV, a do Código de Processo Civil.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Como dito em capítulo precedente, indubitoso que a entrevista concedida, a par de desrespeitosa e leviana, é ofensiva à pessoa do AUTOR e certamente conduzem a sociedade a questionar o seu trabalho ético e sua honradez frente à Presidência da República e também como ex-Presidente do PMDB, cuja agremiação política tem quase 50 anos de história e teve (e tem) papel fundamental na história política de nosso país.

Na verdade, todos conhecem o real objetivo do REQUERIDO em mentir e acusar o AUTOR, atual Presidente da República: obter o perdão dos inúmeros crimes que cometeu, por meio de um generoso acordo de delação premiada que o mantenha livre de qualquer acusação, vivendo fora do país com um substancial (e suspeito) patrimônio. Acusando o Presidente da República, ainda que essas acusações sejam fundadas em narrativas mentirosas ou com base em uma gravação clandestina e direcionada, acredita o REQUERIDO que seus crimes serão esquecidos.

O mais esdrúxulo de todo esse enredo é que o REQUERIDO, de uma hora para outra, passou a incorporar o papel de um empresário sério e indignado com a corrupção, não obstante, em absoluta contradição, desconsidera e "esquece" que foi a corrupção que o tornou um "grande" empresário. Somente agora, quando seus crimes estavam sendo investigados e a sua prisão era iminente, que o REQUERIDO passou desesperadamente a acusar algumas autoridades do país, inclusive o Presidente da República, em busca única e exclusivamente de um tipo de "salvo-conduto".

Rememorando os fatos, em 2005, o Grupo JBS, do qual o REQUERIDO é seu mentor, obteve seu primeiro financiamento no BNDES. Dois anos depois, alcançou um faturamento de R\$ 4 bilhões. Em 2016, o faturamento das empresas da família Batista chegou a R\$ 183 bilhões. Relação construída com governos do passado, muito antes que o AUTOR chegasse ao Palácio do Planalto. Toda essa história de "sucesso" é preservada nos depoimentos e nas entrevistas do REQUERIDO.

Os reais parceiros de sua trajetória de pilhagens, os verdadeiros contatos de seu submundo, as conversas realmente comprometedoras com os sicários que o acompanhavam, os grandes tentáculos da organização criminosa que ele ajudou a forjar ficam em segundo plano, estrategicamente protegidos.

Além disso, não há como desconsiderar de que a malsinada entrevista tem uma carga excessivamente política, porque busca o REQUERIDO amenizar as críticas da opinião pública com os benefícios obtidos com o acordo de delação que firmou com o Ministério Público, mesmo diante dos graves crimes que cometeu.

O momento dessa entrevista, ademais, coincide com o julgamento que ocorrerá na próxima semana quanto à relatoria no Supremo Tribunal Federal em relação ao acordo de delação firmado pelo REQUERIDO¹, o que, ao menos em tese, pode comprometer a validade da respectiva homologação.

Na tal gravação clandestina referida na entrevista, ao bater às portas do Palácio do Jaburu depois de 10 meses do governo atual, o REQUERIDO disse expressamente que não se encontrava havia mais de 10 meses com o AUTOR. Reclamou do Ministério da Fazenda, do CADE, da Receita Federal, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central e do BNDES. Tinha, segundo

¹ <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/stf-decide-nesta-quarta-feira-se-fachin-continua-como-relator-da-delacao-da-jbs.ghtml>

seu próprio relato, as portas fechadas na administração federal para seus intentos.

Em relação ao BNDES, é preciso lembrar que o banco impediu, em outubro de 2016, a transferência de domicílio fiscal do grupo para a Irlanda, um excelente negócio para ele, mas péssimo para o contribuinte brasileiro. Por causa dessa decisão, a família Batista teve substanciais perdas acionárias na bolsa de valores e continuava ao alcance das autoridades brasileiras. Havia milhões de razões para terem ódio do AUTOR e de seu governo.

Ou seja, a maior prova das inverdades do REQUERIDO é a própria gravação que ele apresentou como documento para conseguir o perdão da Justiça e do Ministério Público Federal por crimes que somariam mais de 2000 mil anos de detenção. Na entrevista, o REQUERIDO diz que o AUTOR sempre pede algo a ele nas conversas que tiveram. Não é do feitio do AUTOR tal comportamento mendicante. Quando se encontraram, não se ouve ou se registra nenhum pedido a ele. E, sim, o contrário. Era o REQUERIDO quem queria resolver seus problemas no governo, e pede seguidamente. Não foi atendido antes, muito menos depois.

Ao delatar o AUTOR, em gravação que confessa alguns de seus pequenos delitos, alcançou o perdão por todos seus crimes. Em seguida, cometeu ilegalidades em série no mercado de câmbio brasileiro comprando um bilhão de dólares e jogando contra o real, moeda que financiou seu enriquecimento. Vendeu ações em alta, dando prejuízo aos acionistas que acreditaram nas suas empresas. Proporcionou ao país um prejuízo estimado em quase R\$ 300 bilhões logo após vazarem o conteúdo de sua delação para obter ganhos milionários com suas especulações.

Os fatos elencados demonstram que o REQUERIDO é o criminoso notório de maior sucesso na história brasileira. Conseguiu enriquecer com práticas pelas quais não responderá e

mantém hoje seu patrimônio no exterior com o aval da Justiça. Imputa a outros os seus próprios crimes e preserva seus reais sócios. Obtém perdão pelos seus delitos e ganha prazo de 300 meses para devolver o dinheiro da corrupção que o tornou bilionário, e com juros subsidiados. Pagará, anualmente, menos de um dia do faturamento de seu grupo para se livrar da cadeia. O cidadão que renegociar os impostos com a Receita Federal, em situação legítima e legal, não conseguirá metade desse prazo e pagará juros muito maiores.

Foi justamente para mascarar todas essas condutas suspeitas que o REQUERIDO, sem qualquer cerimônia, passou a chamar o AUTOR de chefe de quadrilha criminosa, de praticar atos de corrupção e de obstrução da Justiça. Assim agindo, o REQUERIDO imputou ao AUTOR, além de ofender-lhe a honra e imagem, a prática de fatos que identificam, em tese, o cometimento de crimes. E assim procedeu sem um mínimo de amparo probatório, tendo como base apenas ilações e suposições, tudo, insista-se, para se livrar dos crimes que cometeu.

Tais acusações, sem dúvida alguma, têm conotação depreciativa e ofensiva, ainda mais porque direcionadas a pessoa pública, no exercício de elevado cargo público. O poder lesivo, portanto, é ainda maior, já que o AUTOR é o representante máximo do país e depende quase que exclusivamente de sua boa reputação perante a sociedade para exercer devidamente as suas relevantes funções.

Nem se diga que a intenção do REQUERIDO era apenas no sentido de criticar ou emitir opinião desfavorável. Veja-se que quem visa apenas criticar ou emitir opinião desfavorável não necessita adjetivar quem quer que seja, menos ainda utilizando-se de palavras rebuscadas e indicando pessoa certa, seja de forma direta ou indireta.

O REQUERIDO não apresenta um único indício de que o AUTOR teria agido com vistas a obstruir a atuação da Justiça. Ao contrário, como divulgado pelo próprio governo, no site oficial do Planalto, restou registrado que a presidência vetaria qualquer projeto de lei que tinha como objetivo anistiar qualquer ato de corrupção².

Não há igualmente qualquer indício também de que o AUTOR estaria agindo em busca do "silêncio" de investigados e que o AUTOR teria nomeado interlocutores para agir nesse sentido. Tudo não passa de especulação do REQUERIDO, sem qualquer sentido.

Ora, quando se utiliza de expressões não corriqueiras e que causa alvoroço, aquela palavra que foi empregada indevidamente ganha contornos ainda mais devastadores, principalmente para grande parte da massa que se limita a replicar o que ouve na mídia como sendo o seu significado e adotando este como sendo verdadeiro. É gravíssima, por exemplo, a acusação de que o AUTOR seria chefe de uma organização criminosa -- que, a teor do art. 288 do Código Penal, significa a associação de três ou mais pessoas com o fim específico de cometer crimes. Essa acusação tem profunda implicação negativa, interferindo diretamente no juízo que os cidadãos fazem da figura pública.

É justamente nesse contexto que se insere o legítimo direito do AUTOR. A defesa da dignidade da pessoa humana foi recepcionada no texto constitucional, inserida nos fundamentos da República Federativa. Trata-se, pois, de uma das metas fundamentais que o Estado Brasileiro, principalmente pelo Poder Judiciário, tem o dever de resguardar, cabendo-lhe promover a defesa a todo custo.

A Carta da República garante a reparação dos prejuízos morais causados por acusações levianas e desprovidas de

² <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/temer-anuncia-veto-a-qualquer-medida-de-anistia-a-corrupcao>

prova, assegurando o direito da preservação da dignidade humana, da intimidade, da intangibilidade dos direitos da personalidade, a teor de seu art. 5º, incisos V³ e X⁴. O Código Civil, por sua vez, prevê a mesma garantia, mais precisamente nos arts. 186⁵ e 927⁶.

O dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por conseguinte, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente e de forma ilimitada. Indubitavelmente, a reprovável conduta do REQUERIDO constitui grave ilícito praticado contra a pessoa do AUTOR, cujos danos morais são notórios, presumíveis, e ensejam uma justa reparação. A respeito do assunto, CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA ressalta (*Responsabilidade Civil*, pág. 66, ed. 1990):

"(...) é preciso entender que, a par do patrimônio, como 'complexo de relações jurídicas de uma pessoa, economicamente apreciáveis' (Clóvis Beviláqua, Teoria Geral de Direito Civil, § 29), o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, o bom conceito de que desfruta na sociedade, os sentimentos que exornam a sua consciência, os valores afetivos, mercedores todos de igual proteção da ordem jurídica"

Nessa linha, segundo SÉRGIO CAVALIERI FILHO, o "dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana (...). Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar." (*Programa de Responsabilidade Civil*, pág. 99, 2003).

³ Art. 5º (...) V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

⁴ Art. 5º (...) X - X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

⁵ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

⁶ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

In casu, o ato lesivo afetou os direitos de personalidade do AUTOR, sua honra, sua integridade psíquica e seu bem-estar íntimo, colocando em dúvida perante a sociedade a sua conduta ética e as suas virtudes. A imagem e honorabilidade do AUTOR foram extremamente atingidas pelas levianas acusações direcionadas pelo REQUERIDO, as quais, no mínimo, colocaram em dúvida a credibilidade e idoneidade do AUTOR como Presidente da República e cidadão. Indiscutível, portanto, que o AUTOR sofreu dano moral.

Abra-se um parêntese para registrar que o AUTOR é **homem honrado, com vida pública irretocável, respeitado no meio político e jurídico, tendo sido Secretário de Estado, Procurador-Geral do Estado de São Paulo, deputado constituinte, por três vezes Presidente da Câmara dos Deputados, Vice-Presidente da República, e atualmente exerce o cargo de Presidente da República.** Durante toda essa vida pública, **nunca, jamais,** sofreu qualquer condenação judicial, ou mesmo foi acusado formalmente de ter obtido qualquer vantagem indevida.

Fecha-se o parêntese para dizer que a prova do dano moral, por sua vez, está no próprio fato. Em outras palavras, a conduta ensejadora de causar abalo a direito da personalidade é apta a caracterizar dano moral -- que, como sabido, não necessita demonstração de sua ocorrência e de modificação do patrimônio da parte ofendida, notadamente porque não há como se precisar o nível de abalo personalíssimo da pessoa em relação ao quanto de sua honra ou sentimento foi comprometido.

Assim, é correto admitir-se a responsabilidade civil do REQUERIDO e pleitear uma justa reparação que, nesses casos, **reside no pagamento de uma soma pecuniária, arbitrada pelo consenso do juiz,** a qual possibilite ao lesado uma satisfação compensatória da sua dor íntima, e compensem os dissabores sofridos pela vítima,

em virtude da ação ilícita do lesionador e **também sirva de desestímulo a novas ofensas.**

Em outras palavras, o *quantum* a ser fixado pelo magistrado, a título de reparação por danos morais, há de ser suficientemente expressivo não apenas para compensar a vítima pelo dano, como também para penalizar o ofensor.

Destaca-se que o caso teve ampla e nacional repercussão tendo sido veiculado pela mídia em grande escala, inclusive, nos principais telejornais, no horário em que grande parte das famílias estão reunidas e acompanhando as notícias diárias, **sem contar que não se pode desconsiderar os motivos escusos e nada republicanos que levaram o REQUERIDO a fazer essas acusações.** Também houve reprodução em emissoras de rádio, mídia impressa e internet, como notório. Além disso, os envolvidos são pessoas públicas e que ocupam posições de destaque no cenário nacional, de modo que a compensação deve atentar-se também para essa particularidade.

Como não há parâmetros legais para a fixação do dano, a indenização deve ser arbitrada proporcionalmente à gravidade da lesão, ao porte econômico das partes e às circunstâncias dos fatos, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, **além de dever contribuir, INSISTA-SE, para desestimular o ofensor a repetir o ato, inibindo sua conduta antijurídica.**

Na fixação do valor, entre outras circunstâncias, merece consideração as **três** funções do dano moral, a saber: **compensatória** (satisfação da vítima em razão da privação ou violação de seus direitos de personalidade), **punitiva** (sanção ao agente causador do dano) e **preventiva** (medida de desestímulo e

intimidação do ofensor). Como dito, o *quantum* deve ser proporcional à gravidade da conduta, ao resultado, o sofrimento causado e à capacidade financeira de ambas as partes, **inclusive a circunstância de que se trata de grave acusação contra o Presidente da República e de que o OFENSOR possui um patrimônio bilionário, dono de um dos grupos econômicos mais fortes do país.**

Anote-se, por fim, **que o quantum deverá ser fixado pelo juízo, sabido que o pedido certo e determinado, em se tratando de reparação de dano moral, é o da condenação, sendo o valor pedido mera expectativa de recebimento.**

O STJ tem orientação firmada no sentido de admitir a formulação de pedido de danos moral genérico, sem definição inicial do *quantum debeat* (AgRg/AREsp n. 527.202-SP, DJe 30/09/2015, relator o Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE). Nessa mesma linha, tem decidido o eg. TJDF, de que é exemplo o seguinte julgado (Acórdão n.651635, 20120110838370APC, Relator: VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 30/01/2013, Publicado no DJE: 07/02/2013. Pág.: 165):

APELAÇÃO. DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DA INICIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

I - A valoração da compensação moral deve ser apurada mediante prudente arbítrio do Juiz, sendo que eventual valor pleiteado serve apenas como parâmetro para a fixação da indenização.

II - A ausência de estipulação na petição inicial do valor indenizatório estimado pelos danos morais não transforma o pedido de condenação, que é certo e determinado, em um pedido genérico. Desnecessária a emenda solicitada, sendo inaplicável o parágrafo único do art. 284 do CPC. Sentença anulada.

III - Apelação provida.

Volta-se a lembrar que o eventual valor a ser fixado será destinado exclusivamente à instituição de caridade, cuja indicação será feita quando do cumprimento de sentença. Essa

destinação, no entanto, de forma alguma altera ou tem alguma repercussão no valor a ser fixada. Trata-se de mera liberalidade do AUTOR, que não tem qualquer interesse pessoal em receber, para si, a indenização fixada, mas busca ser devidamente reparado das agressões produzidas pelo REQUERIDO.

Decidiu o eg. TJDF, a propósito, que "a destinação de parcela do valor da indenização, por liberalidade expressa do autor, não constitui irregularidade, eis que o quantum indenizatório foi arbitrado levando-se em consideração às condições pessoais apenas das partes litigantes, não se tratando de condenação em favor de terceiro estranho à lide" (Acórdão n.444875, 20050110294110APC, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, Revisor: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/08/2010, Publicado no DJE: 06/09/2010. Pág.: 187).

PEDIDOS

Por tudo isso, requer o AUTOR, registrando, desde logo, o seu desinteresse na realização de audiência de conciliação (art. 334, p. 5º, CPC):

a) a citação do REQUERIDO, via postal, no endereço indicado no preâmbulo desta peça, para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;

b) seja o pedido julgado procedente para o efeito de ser o REQUERIDO condenado a pagar indenização por danos morais ao AUTOR em valor a ser arbitrado pelo douto juízo, compatível com o dano causado e, principalmente, com as circunstâncias específicas da causa;

c) condenação do REQUERIDO ao pagamento dos honorários advocatícios e das custas processuais.

Além dos documentos que instruem a inicial, pugna o AUTOR pela produção de outras provas, a serem requeridas em momento oportuno.

Por fim, pede-se que as publicações e intimações sejam realizadas em nome do advogado **RENATO OLIVEIRA RAMOS**, inscrito na **OAB/DF** sob o nº **20.562**, com endereço profissional no SHIS QL 14, CONJUNTO 02, CASA 02, LAGO SUL, BRASÍLIA - DF, CEP 71.640-025.

Dá à causa o valor meramente estimativo e apenas para cálculo das custas processuais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Brasília, 19 de JUNHO de 2017.



RENATO O. RAMOS
OAB-DF/20.562